



Regina Cardoso vai todos os domingos ao cemitério de Senador Canedo visitar o túmulo do filho, desaparecido após militares ameaçarem matar jovens da cidade. O corpo dele foi encontrado horas depois, com um tiro na nuca

Fantasma da violência policial

Além de 300 assassinatos, 36 sumiços de moradores do Entorno do DF e de outras regiões de Goiás são atribuídos a PMs. Na série de reportagens que começa hoje, o **Correio** mostra o terror provocado pelo esquadrão da morte

» RENATO ALVES

Os amigos Willian Elias da Silva, 18 anos, e Warleisson Mendes Fernandes, 21, costumavam ir juntos a festas em Senador Canedo (GO). Mas não ficavam até o fim da balada. Logo após a meia-noite, Willian pegava a bicicleta deixada do lado de fora da boate e fazia o caminho de volta para casa na companhia do vizinho. Moradores do povoado do Jardim das Oliveiras, distante 15km de Goiânia, tiveram essa rotina interrompida brutalmente na madrugada de 30 de junho de 2003.

O alerta veio de amigos, logo após a dupla passar por uma choperia. Minutos antes, policiais militares haviam espancado frequentadores do bar. Os PMs juraram matar quem encontrassem àquela hora na estrada entre Senador Canedo e o Jardim das Oliveiras. Willian e Warleisson passariam pela rodovia. Mas responderam não temer a ameaça, pois portavam seus documentos pessoais. Foi a última vez que os dois foram vistos vivos.

Na manhã seguinte, uma segunda-feira, parentes de Willian iniciaram uma peregrinação por delegacias e hospitais em busca do seu paradeiro. Antes do meio-dia, dois jovens apareceram na casa dele contando sobre as ameaças dos PMs e dizendo ter encontrado a bicicleta de Willian em um matagal. Na terça-feira pela manhã, uma tia do garoto telefonou para a mãe do jovem e falou sobre uma reportagem de jornal que trazia a notícia de dois corpos encontrados na área rural de Senador Canedo.

Familiares de Willian e Warleisson correram ao Instituto Médico Legal (IML) de Goiânia. Lá, no início da tarde, souberam da morte dos dois. Reconheceram os corpos recolhidos na mata de uma fazenda do município, um dia antes. Willian foi espancado e atingido com um tiro na nuca. Warleisson levou seis tiros nas costas. "Foi muita covardia. Arrancaram a

pele dos braços e das costas do meu filho", lembra a doméstica Regina Fátima da Silva Cardoso, hoje com 47 anos, mãe de Willian.

Os dois amigos tiveram um fim semelhante ao de outros 34 moradores de Goiás desaparecidos após abordagem de policiais militares nos últimos 10 anos. Sem punição, os crimes voltaram a ser investigados depois da Operação **Sexto Mandamento**. Desencadeada pela Polícia Federal em 15 de fevereiro deste ano, quando 19 PMs goianos foram presos, a ação visa levantar provas do extermínio de inocentes e bandidos por parte de grupos de militares.

Mais denúncias

Do bando, 16 continuam trancafiados no presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS). Com base na investigação da PF, seis deles já foram denunciados pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) à Justiça por assassinato e outros crimes.

Até a Sexto Mandamento, órgãos de defesa dos Direitos Humanos contavam 20 desaparecidos após contato com PMs apenas na região metropolitana de Goiânia. Em pouco mais de dois meses, surgiram outros 16 casos. Em todos, comprovadamente, as vítimas foram vistas com vida pela última vez em uma abordagem realizada por homens da Polícia Militar.

Além dos 36 desaparecidos, mais 300 pessoas morre-

ram, oficialmente, em confrontos com algum dos militares presos nos últimos 10 anos. Para a PF e o MPGO, há fortes indícios de fraude nas supostas trocas de tiros. Na maioria delas, laudos do IML mostram sinais de tortura e execuções, como tiro na nuca da vítima.

Para se ter uma ideia do quanto a PM goiana mata, 9% dos assassinatos ocorridos na capital do estado nos últimos sete anos ocorreram em supostos confrontos entre policiais e bandidos. Nesse período, foram registrados 2.429 homicídios na cidade, sendo 224 em supostas trocas de tiros de PMs com suspeitos. Os dados são da Delegacia de Investigações de Homicídios de Goiânia. No Distrito Federal, por exemplo, policiais militares não respondem nem a 1% das mortes violentas.

Entorno

A matança investigada pela PF e pelo MPGO teve início nos anos 2000, no interior de Goiás. Casos que se alastraram por oito cidades, incluindo Formosa, no Entorno do DF. No município distante 70km de Brasília, PMs admitem ter tirado a vida de 10 das 48 pessoas assassinadas em 2008. Outros cinco casos ocorreram no segundo semestre de 2007.

Em dezembro de 2008, também em Formosa, jovens e adolescentes acabaram executados com tiros na cabeça por homens encapuzados. Outro caso semelhante ocorreu em fevereiro de 2009. Em todas as

ocorrências, os autores agiram em dupla. Vestidos de preto, utilizaram pistolas, armas de uso restrito às polícias.

Ao tomar conhecimento da sequência de mortes na cidade, o **Correio Braziliense** passou a denunciar, em maio de 2009, a ação de um grupo de extermínio no Entorno. Agora, o jornal mostra, a partir desta série de reportagem iniciada hoje, que a atuação criminosa de militares que se julgam no direito de decidir quem deve viver e quem deve morrer vai ainda mais além.

Durante um mês, a reportagem levantou o histórico dos sumiços e das execuções. Encontrou familiares de 18 pessoas desaparecidas ou mortas após revista de policiais militares. Algumas ainda continuam sumidas, mas os parentes não alimentam a esperança de encontrá-las vivas. O jornal teve acesso a laudos e outros documentos que desmontam as histórias de troca de tiros contadas pelos PMs.

Em liberdade

O **Correio** apurou ainda que, diferentemente dos presos na Operação Sexto Mandamento, a maioria dos PMs goianos citados em processos por homicídio continua em liberdade. São pelo menos 21 homens da corporação apontados pelos parentes das vítimas como os algozes de seus filhos e que permanecem nas ruas, atuando a serviço do Estado.

Pais que convivem com a indignação diante da injustiça e o medo de represálias por parte de quem tirou a vida daqueles que tanto amavam.

Temor também de policiais civis, federais, promotores de Justiça, juízes, jornalistas e religiosos. Gente marcada para morrer por combater as ações do grupo de extermínio instalado em Goiás e apoiado por empresários, fazendeiros e autoridades do estado.

NÃO MATARÁS

O nome da operação se refere ao decálogo bíblico, cujo sexto mandamento é "não matarás". Dos 19 acusados, três ganharam a liberdade um mês após a ação e 16 continuam detidos no presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS). Os 19 respondem pelos crimes de homicídio qualificado em atividades típicas de grupo de extermínio, formação de quadrilha, tortura qualificada, tráfico de influência, falso testemunho, ocultação de cadáver e ameaças.